

Diário do Acionista

ANO X • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sábado, 31 de outubro, domingo, segunda-feira, e terça-feira, 1º, 2 e 3 de novembro de 2026 • Nº 2416 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Cardeal Tempesta

Dia de Finados

PÁGINA 5

FIESP

Atividade industrial recua no 3º trimestre

Segundo o Levantamento de Conjuntura da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), "o terceiro trimestre do ano foi negativo para a indústria", com resultados que amparam a visão da entidade de um "final de ano de desaceleração da atividade industrial do país". A entidade projeta queda de 0,4% da produção da indústria de transformação brasileira em 2026, com riscos ao desempenho do setor em 2027. No trimestre, os salários reais médios caíram 1,1%, as horas trabalhadas na produção, 0,4%, e as vendas reais recuaram 0,2%, interrompendo dois trimestres de alta (+9,4% e +2,7%). As horas trabalhadas reduziram pelo sexto trimestre seguido. Em setembro, as vendas subiram 0,4% e os salários apresentaram leve avanço de 0,1%, enquanto as horas trabalhadas caíram 0,4% no mês, em queda constante do nível desde os últimos meses de 2025. Já o Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) recuou de 78,5% em agosto para 78,2% em setembro, resultado abaixo da média dos últimos três anos (78,7%) e em movimento de redução desde junho quando atingiu exatamente 78,7%. **PÁGINA 2**

ALTO RISCO

SUS detecta quase 10 mil testes positivos para HPV

Desde que o exame molecular de rastreio de HPV em mulheres começou a ser disponibilizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), 9.904 testes apresentaram resultado positivo para HPV de alto risco, que é o subtipo do vírus associado ao risco de câncer do colo do útero. O exame DNA-HPV é indicado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) desde 2013 e começou a ser utilizado pelo SUS no início do ano em substituição ao teste Papanicolau. **PÁGINA 5**

CONTA DE LUZ

Aneel mantém bandeira tarifária verde em novembro

Pelo segundo mês consecutivo, as contas de luz não terão cobrança de tarifa extra, informou nesta sexta-feira a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A manutenção da bandeira verde permanece em novembro devido às condições favoráveis de geração. A bandeira tarifária verde voltou a vigorar em outubro, após cinco meses

de bandeira amarela, que tem custo adicional de R\$ 1,885 a cada 100 kWh consumidos para todos os consumidores conectados ao Sistema Interligado Nacional (SIN). "O aumento de chuvas nas regiões onde estão localizadas as principais usinas hidrelétricas traz equilíbrio nos reservatórios. **PÁGINA 2**

ENERGIA



Com disputa acirrada, Aneel leiloa 8 lotes de transmissão

Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) leiloou nesta sexta-feira, na sede da B3, na capital paulista, oito projetos de transmissão de energia. Foi o último leilão do ano. O certame prevê investimentos de R\$ 8,9 bilhões e previsão de mais de 20,3 mil empregos diretos e indiretos. Foram negociados 1.866 quilômetros de novas linhas de transmissão e seccionamentos, com a continuidade de 483 km de li-

nhas existentes, e 12.694 megavolt-amperes (MVA) em capacidade de transformação. Os empreendimentos serão instalados na Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Paraná, Rondônia e São Paulo. Os prazos para conclusão dos projetos variam entre 42 meses e 60 meses, contados a partir da assinatura dos contratos de concessão. As concessões têm duração de 30 anos. **PÁGINA 3**

SENADO



Alcolumbre pauta PEC da Segurança para terça-feira

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP) (foto), pautou a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública para a próxima terça-feira. Prioritário para o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) neste fim de ano, o texto amplia as competências da União na área de segurança pública, impõe restrições a integrantes de facções criminosas e permite a criação de polícias municipais. **PÁGINA 6**

INDICADORES

IBOVESPA (-13,88%) / 176.608,23 / 28.474,33 / Volume: 109.462.683.415 / Negócios: 13.964.203										Bolsas no mundo				Salário mínimo		R\$ 1.621,00		IGP-M		1,57% (set.)		EURO turismo		
Mais Negociados					Maiores Altas			Maiores Baixas			Fechamento				Ufir-RJ		R\$ 4.9604		IPCA		0,82% (set.)		Compra 6,1156 Venda: 6,2956	

MERCADOS

Bovespa tem pior semana em 6 anos e mês em 4 anos

JULIANA MACHADO/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) encerrou a semana sob forte pressão, em um movimento que combinou a reprecificação dos ativos após as eleições, piora das expectativas para os juros e o quadro fiscal no Brasil e um ambiente externo de maior aversão ao risco. A correção ganhou força com a desmontagem de posições construídas antes do segundo turno, com a redução do apetite por ativos brasileiros.

No fim dos negócios, o Ibovespa (Índice Bovespa) até chegou a se afastar da mínima do dia em 167.007,57 pontos, mas não se sustentou nos 168 mil pontos e encerrou em queda de 0,75%, aos 167.921,80 pontos. Na semana, o índice acumulou queda de 18,12%, maior baixa desde março de 2020, quando cedeu 18,88%. No mês, o Ibovespa teve baixa acumulada de 9,88%, pior desempenho desde junho de 2022, quando caiu 11,5%. A expressiva desvalorização das ações já levou o índice a devolver boa parte dos ganhos do ano, agora em 4,22%. O giro da sessão foi de R\$ 31 bilhões.

A economista, sócia e advsora da Blue3 Investimentos, Bruna Centeno, afirma que a pressão doméstica encontrou um exterior também desfavorável, com petróleo em alta, preocupações renovadas com

a inflação e juros globalmente e cautela com ações de tecnologia, após balanços decepcionantes, como se viu no caso da Amazon e da Intel. O petróleo Brent já é negociado na casa dos US\$ 113 o barril, com avanço de 15,7% no mês.

DÓLAR

A aversão ao risco no exterior, com o tombo de ações de tecnologia, e as incertezas em torno da política fiscal no Lula 4 castigaram o real, que amargou nesta sexta-feira, o segundo pior desempenho entre as divisas mais líquidas. Com máxima de R\$ 5,4621, à tarde, em sintonia com as mínimas das bolsas em Nova York, o dólar à vista terminou o dia em alta de 1,05%, a R\$ 5,4443 - maior valor de fechamento desde 30 de dezembro do ano passado (R\$ 5,489).

A moeda americana encerra a semana - a primeira desde a surpreendente reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva - com ganhos de 9,04%, em razão sobretudo do avanço de 8,12% na última segunda-feira, 26. Trata-se da maior valorização semanal desde a semana encerrada em 24 de outubro de 2008, ano da crise financeira global desencadeada pela derrocada no setor imobiliário nos EUA. Com valorização de 5,20% em outubro, o dólar passou a exibir ganhos inferiores a 1% no ano (0,81%).

TMF GROUP

Mercado de capitais no Brasil segue com muitas oportunidades

KARLA SPOTORNO/AE

O mercado de capitais no Brasil segue com muitas oportunidades, e as perspectivas são positivas, apontando para a continuidade ou para o aumento de projetos e investimentos. A avaliação é de Joanna Viali, diretora de desenvolvimento de negócios de serviços de mercado de capitais do TMF Group.

Apesar do ruído causado pela forte depreciação dos ativos nos mercados de renda fixa, ações e moedas nesta semana, não há nenhum sinal de ruptura. "As mesas dedicadas a mercados emergentes sabem precificar governos de economias emergentes e ficam em alerta na iminência de alguma grande mudança. Isso não está acontecendo agora", afirmou Viali em entrevista após parti-

cipar da Conferência Econômica Brasil 2026, realizada pela Brazilian-American Chamber of Commerce (Brazil-Cham) e pelo DLA Piper, escritório de advocacia em Nova York, nesta sexta-feira, 30.

Para o investidor estrangeiro, o saneamento no Brasil oferece um atrativo a mais. Segundo Viali, o setor é entendido como um investimento ESG (sigla em inglês para critérios ambientais, sociais e de governança). Além de, naturalmente, oferecer um incremento nas condições ambientais, os projetos entregam uma melhora social. "Muitas pessoas passam a contar com um comprovante de residência, algo que nunca tiveram, ao passarem a receber os boletos para pagamento. Isso é dar dignidade para as famílias", afirmou Viali.

Nota

CONSTRUÇÃO FOI ÚNICA ATIVIDADE COM ALTA SIGNIFICATIVA DA OCUPAÇÃO NO TRIMESTRE

A Construção foi a única atividade com aumento significativo da ocupação no trimestre encerrado em setembro, na comparação com o período de abril a junho, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada pelo IBGE. O setor avançou 2,8% no trimestre, com mais 210 mil pessoas ocupadas. Nas demais atividades, o instituto não identificou variação significativa no período. No recorte anual, frente ao trimestre de julho a setembro de 2025, houve aumento da ocupação em Transporte, armazenagem e correio, com alta de 6,9% e mais 411 mil pessoas, e em Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais.

ENERGIA

Aneel mantém bandeira tarifária verde em novembro

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

Pelo segundo mês consecutivo, as contas de luz não terão cobrança de tarifa extra, informou nesta sexta-feira a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A manutenção da bandeira verde permanece em novembro devido às condições favoráveis de geração.

A bandeira tarifária verde voltou a vigorar em outubro, após cinco meses de bandeira amarela, que tem custo adicional de R\$ 1,885 a cada 100 kWh consumidos para todos os con-

sumidores conectados ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

"O aumento de chuvas nas regiões onde estão localizadas as principais usinas hidrelétricas traz equilíbrio nos reservatórios. Nesse cenário, não haverá necessidade de maior acionamento de termelétricas, cujo custo é mais elevado", esclareceu a agência reguladora.

Criado em 2015 pela Aneel, o sistema de bandeiras tarifárias reflete os custos variáveis da geração de energia elétrica. Divididas em cores, as bandeiras indicam quanto está cus-

tando para o SIN gerar a energia usada nas residências, em estabelecimentos comerciais e nas indústrias.

As cores das bandeiras tarifárias são definidas a partir da previsão de variação do custo da energia em cada mês. Quando a conta de luz é calculada pela bandeira verde, não há nenhum acréscimo. Quando são aplicadas as bandeiras vermelha ou amarela, a conta sofre acréscimo a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumido.

Os valores cobrados são os seguintes:

- na bandeira amarela, com

condições de geração menos favoráveis, a tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,88 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos;

- na bandeira vermelha, no Patamar 1, com condições mais custosas de geração, a tarifa sofre acréscimo de R\$ 4,46 para 100 quilowatt-hora kWh consumido.
- na bandeira vermelha, no Patamar 2, as condições de geração são ainda mais custosas, e a tarifa sofre acréscimo de R\$ 7,87 para cada 100 quilowatt-hora kWh consumido.

IBGE

Taxa de desemprego é menor para trimestre até setembro desde 2012

PAULA MARTINI/AE

A taxa de desemprego no Brasil caiu para 5,2% no trimestre encerrado em setembro, o menor nível para esse período desde o início da série histórica, em 2012, e a menor taxa registrada no ano. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgada pelo IBGE.

Com o resultado, o país pas-

sou a ter 5,6 milhões de desocupados no terceiro trimestre. Na comparação com o trimestre anterior, houve recuo de 4,0%, o que representa menos 234 mil pessoas sem trabalho. Em relação ao mesmo trimestre do ano passado, a queda foi de 6,9%, o equivalente a 417 mil desocupados a menos.

O IBGE informou ainda que a taxa composta de subutilização da força de trabalho ficou em 13,0%, estável frente ao tri-

mestre anterior (12,9%) e 0,9 ponto percentual abaixo do registrado um ano antes (13,9%).

A população subutilizada somou 14,8 milhões, com estabilidade no trimestre e recuo de 6,1% na comparação anual (menos 957 mil pessoas).

O grupo de subutilizados inclui os desocupados, os subocupados por insuficiência de horas trabalhadas e a força de trabalho potencial. A força de trabalho potencial é forma-

da por pessoas que buscaram emprego, mas não estavam disponíveis para assumir, e por aquelas que não buscaram trabalho, embora estivessem disponíveis, incluindo desalentados.

O contingente de empregadores, por sua vez, atingiu o recorde de 4,5 milhões de pessoas ao crescer 4,3% no trimestre (mais 184 mil pessoas) e 6,4% no ano (mais 272 mil pessoas).

FIESP

Atividade industrial recua no 3º trimestre e produção deve cair 0,4%

MEG LOPES/AE

Segundo o Levantamento de Conjuntura da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), "o terceiro trimestre do ano foi negativo para a indústria", com resultados que amparam a visão da entidade de um "final de ano de desaceleração da atividade industrial do país". A entidade projeta queda de 0,4% da produção da indústria de transformação brasileira em 2026, com

riscos ao desempenho do setor em 2027.

No trimestre, os salários reais médios caíram 1,1%, as horas trabalhadas na produção, 0,4%, e as vendas reais recuaram 0,2%, interrompendo dois trimestres de alta (+9,4% e +2,7%). As horas trabalhadas reduziram pelo sexto trimestre seguido.

Em setembro, as vendas subiram 0,4% e os salários apresentaram leve avanço de 0,1%, enquanto as horas trabalhadas caíram 0,4% no mês, em

queda constante do nível desde os últimos meses de 2025. Já o Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) recuou de 78,5% em agosto para 78,2% em setembro, resultado abaixo da média dos últimos três anos (78,7%) e em movimento de redução desde junho quando atingiu exatamente 78,7%.

Entre os entraves, a Fiesp cita a Selic elevada, as sobretaxas dos EUA aos produtos brasileiros, de 37,5% para a maioria dos

itens não isentos, e os custos de matérias-primas, sobretudo dos insumos derivados de petróleo, por causa da guerra no Oriente Médio.

A demanda interna segue frágil, aponta a Federação, "pressionada pelo comprometimento da renda e pela inadimplência das famílias" O comprometimento atingiu 28,9% da renda anual, e a inadimplência de pessoas físicas no crédito livre chegou a 7,6%, o maior patamar em 13 anos.

PPSA

Petrobras, CNOOC e Petrochina vencem 10º leilão spot de petróleo da União

DENISE LUNA/AE

O 10º Leilão spot de petróleo da União, realizado na quarta-feira passada, teve como vencedores as chinesas Petrochina e CNOO, além da Petrobras, que adquiriram cada uma 1 milhão de barris em disputa com ExxonMobil, Galp, Prio, TotalEnergies e Equinor, informou a

estatal. Ao todo foram ofertados 4,5 milhões de barris de petróleo do campo de Búzios, no pré-sal da bacia de Santos.

A Petrochina arrematou uma carga de 1 milhão de barris de petróleo, correspondente ao lote 1 (P-79), enquanto a CNOOC arrematou uma carga de 1 milhão de barris de petróleo referente ao lote 2 (FPSO Almirante Taman-

daré). Por sua vez, a Petrobras arrematou o lote 3 (P-75 e P-77), composto por duas cargas de 500 mil barris de petróleo cada.

O lote 4 (P-76) e o lote 5 (FPSO Almirante Barroso), com carregamento previsto para a segunda quinzena de dezembro, foram reprogramados para o próximo leilão e serão ofertados oportunamente, informou a PPSA.

Todas as cargas vendidas têm carregamento previsto para a primeira quinzena de dezembro.

Ainda segundo a estatal, as ofertas de preço, referenciadas pelo Brent datado, foram abertas em tempo real em reunião online realizada com a participação de representantes das empresas.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: ☎ (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil



ACESSE NOSSO SITE

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS

ENERGIA

Com muita disputa, Aneel leiloa 8 lotes de transmissão

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

A agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) leiloou nesta sexta-feira, na sede da B3, na capital paulista, oito projetos de transmissão de energia. Foi o último leilão do ano.

O certame prevê investimentos de R\$ 8,9 bilhões e previsão de mais de 20,3 mil empregos diretos e indiretos.

Foram negociados 1.866 quilômetros de novas linhas de transmissão e seccionamentos, com a continuidade de 483 km de linhas existentes, e 12.694 megavolt-ampères (MVA) em capacidade de transformação.

Os empreendimentos serão instalados na Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Paraná, Rondônia e São Paulo.

Os prazos para conclusão dos projetos variam entre 42 meses e 60 meses, contados a partir da assinatura dos contratos de concessão. As concessões têm duração de 30 anos.

INVESTIMENTOS

O certame desta sexta-feira foi bastante concorrido, com deságios que chegaram a alcançar 57,08%. Um dos lotes, o de número 1, foi extremamente disputado, com 150 lances em viva-voz.

A Celeo venceu dois dos oito lotes, os de número 4 e 8. O mesmo ocorreu com Cymi, que venceu os lotes 3 e 5, e a Neoenergia, com os lotes 1 e 7. A Cox venceu o lote 6 e a EDP, o lote 2.

O primeiro lote a ser leiloado foi o de número 4, o maior empreendimento do certame e que corresponde a instalações no

Paraná, Mato Grosso do Sul e Goiás. Ele foi dividido em sublotes e a empresa vencedora foi a Celeo Redes Brasil, que ofertou R\$ 377.094.858 de Receita Anual Permitida (RAP), com deságio de 50,55% em relação ao teto definido pelo regulador.

A receita anual permitida é uma remuneração que as transmissoras de energia elétrica recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários.

Segundo o Ministério de Minas e Energia, esse lote tem investimentos previstos em R\$ 4,113 bilhões, com 1.167 quilômetros de linhas e estimativa de 8.225 empregos. O conjunto reforçará o atendimento ao Mato Grosso do Sul e ampliará a capacidade de escoamento da geração.

Também concorreram na disputa desse lote a Cymi Construções e Participações, o Consórcio Olympus XXI, a Axia Energia Norte, a Engie Transmissão de Energia Participações, o Fundo de Investimento e Participação Warehouse e a EDP Transmissão Goiás.

O segundo lote leiloado foi o de número 3, com instalações no estado de São Paulo. A vencedora foi a Cymi Construções e Participações, que ofertou R\$ 78.703.693, com deságio de 57,08%. Ela concorria com a EDP Energias do Brasil, a Axia e a Consórcio Olympus.

Esse projeto reforça o atendimento à região metropolitana da capital paulista, que prevê R\$ 1,071 bilhão, 45 quilômetros de linhas e 2.676 epregos.

O lote 1 foi o terceiro a ser lei-

loado e inclui instalações na Bahia. Após a apresentação das propostas em papel feita por cinco empresas, esse lote acabou sendo disputado em uma etapa de viva-voz. Nessa etapa participaram apenas as empresas Neoenergia e Tradetek Soluções em Iluminação Pública e Infraestrutura, que haviam feito as melhores propostas em papel.

Após uma grande disputa, com 150 lances em viva-voz, a empresa vencedora foi a Neoenergia que apresentou a oferta de R\$ 59.850.000, com deságio de 51,21%.

Os lotes 5 e 6 foram os seguintes a serem leiloados e correspondiam a instalações no estado do Paraná. O lote 5 tem 173 quilômetros de extensão e também foi levado a uma disputa por viva-voz entre a Engie e a Cymi. A vencedora foi a Cymi, com oferta de R\$ 96.400.000 e deságio de 46,36%.

O lote 6, com quatro quilômetros de extensão e que corresponde ao município de Santa Terezinha do Itaipu, no Paraná, também teve lances em viva-voz entre as empresas Engie e Cox Brasil e foi vencido pela Cox Brasil que ofertou R\$ 37.850.000 e deságio de 53,46%.

No Paraná, esses dois empreendimentos somam R\$ 1,46 bilhão, 177 quilômetros de linhas e 3.336 empregos, com benefícios para a região metropolitana de Curitiba e as regiões oeste e sudoeste.

O lote 7, que corresponde a instalações na Paraíba, foi também para uma etapa em viva-voz e foi vencido pela Neoenergia, que bateu a Celeo, com pro-

posta de R\$ 68.000.000 e deságio de 38,55%.

Juntos, o lote 7 e lote 1, que correspondem a instalações na Paraíba e na Bahia, somam R\$ 1,16 bilhão em investimentos, com previsão de 3.132 empregos e 351 quilômetros de novas linhas. Segundo o ministério, as obras desses dois lotes vão reforçar o atendimento ao sul e centro-sul baiano e ao sertão paraibano.

O lote 8, com instalações em Rondônia, foi vencido pela Celeo, com oferta de R\$ 66.664.542, com deságio de 48,02%. Nesse lote estão previstos R\$ 753,2 milhões em investimentos e 2.151 empregos para instalação na Subestação Coletora Porto Velho, em Rondônia. O objetivo é ampliar a estabilidade e a resiliência do sistema de transmissão que atende Acre e Rondônia.

O último lote leiloado nesta sexta-feira foi o 2, com instalações em Goiás e na Bahia. Esse lote foi vencido pela EDP, com proposta de R\$ 26.530.000 e deságio de 53,29%.

Os investimentos nesse lote 2 são da ordem de R\$ 317 milhões e serão destinados à conexão entre Bahia e Goiás, com 126 quilômetros de linhas e estimativa de 792 empregos, para ampliar o atendimento ao nordeste goiano.

Segundo o Ministério de Minas e Energia, os leilões de transmissão de energia elétrica já mobilizaram R\$ 69,64 bilhões em investimentos estimados entre os anos de 2023 e 2026, montante que chega a R\$ 77,54 bilhões quando atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

já contratou em transmissão”, explicou Ivo Sechi.

O diretor da Aneel adiantou que os dois leilões do segundo semestre “serão instruídos em conjunto”.

“Vão ser dois leilões instruídos de forma conjunta com provável segregação de atividades, um em outubro, provavelmente o de corrente contínua, e outro em dezembro, que será o de corrente alternada”, disse.

EXPORTAÇÕES

Brasil abre mercado em Bangladesh e Colômbia para pecuária

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

O governo brasileiro concluiu negociações sanitárias que abriram o mercado de Bangladesh para material genético bovino e bubalino e o mercado colombiano para produtos destinados a animais de estimação.

A autorização anunciada pelos ministérios da Agricultura e Pecuária (Mapa) e das Relações Exteriores (MRE) elevam para 721 o total de aberturas de mercado obtidas pelo agronegócio brasileiro desde o início de 2023.

Segundo o governo federal, as autoridades de Bangladesh passaram a permitir a entrada de embriões bovinos e bubalinos produzidos por diferentes técnicas de reprodução, além de sêmen bovino e animais vivos destinados ao melhoramento genético dos rebanhos.

Bangladesh importou mais de US\$ 2,66 bilhões em produtos agropecuários brasileiros em 2025. Entre os principais itens embarcados para o país asiático estão produtos do complexo suíno, fibras e produtos têxteis, além de soja e derivados.

A Colômbia habilitou a compra de alimentos para animais de companhia (termo técnico utilizado para se referir a pets),

incluindo produtos mastigáveis desidratados de origem bovina e suína. Em 2025, as importações colombianas de produtos agropecuários brasileiros superaram US\$ 873 milhões, com destaque para café, produtos florestais e outros produtos de origem animal. Com as novas autorizações, o agronegócio brasileiro alcançou 721 aberturas de mercado desde janeiro de 2023, resultado atribuído ao trabalho conjunto do Mapa e do Itamaraty.

ESTRATÉGIAS

As medidas integram a estratégia do governo de ampliar a presença de produtos brasileiros no exterior. Neste mês, o Mapa anunciou que o país havia alcançado a marca de 700 aberturas de mercado em 99 destinos, entre países e blocos econômicos, desde o início de 2023.

Além das negociações sanitárias conduzidas pelo Mapa e pelo MRE, a política comercial coordenada pela Câmara de Comércio Exterior (Camex) tem buscado ampliar o acesso de empresas brasileiras a novos mercados e diversificar os destinos das exportações nacionais, como forma de amenizar os efeitos do tarifaço implementado pelos EUA contra o Brasil.

Aneel prevê três leilões de transmissão de energia elétrica em 2027

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) prevê a realização de três leilões de transmissão de energia no próximo ano. A estimativa foi dada nesta sexta-feira por Ivo Sechi Nazareno, secretário de Leilões da Aneel.

Em entrevista à imprensa logo após participar do último leilão de transmissão de energia de 2026, realizado na manhã desta

sexta-feira na B3, Nazareno destacou que os próximos certames poderão superar os R\$ 50 bilhões em investimentos.

O primeiro, segundo o diretor da Aneel, deve ser realizado em abril. E no segundo semestre deverá ocorrer os outros dois, um em outubro, envolvendo o novo sistema de transmissão em corrente contínua, com tecnologia VSC (*Voltage Source Converter*), e outro em dezembro.

“Para o segundo semestre (de 2027), há uma expectativa de duas licitações de transmissão, uma envolvendo o sistema de corrente contínua e tecnologia inédita, VSC. Em detrimento das tecnologias das contratações anteriores que são diferentes, ela é mais complexa, elaborada e mais moderna.

Provavelmente esses contratos que se originarem desse leilão serão os maiores que o Brasil

FED

FOMC ainda precisa elevar juros ao menos duas vezes

PEDRO LIMA/AE

A presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) de Dallas, Lorie Logan, afirmou nesta sexta-feira, que o Comitê Federal de Mercado Aberto (FOMC, na sigla em inglês) ainda precisa elevar os juros em pelo menos duas ocasiões, com aumentos de 25 pontos-base (pb) cada, para conter a inflação. Em discurso a estudantes do Davidson College, a dirigente defendeu uma pausa após esses ajustes para avaliar a necessidade de novas medidas.

“Continua claro para mim, diante das perspectivas atuais, que o Fomc precisa implementar pelo menos mais dois aumentos de 25 pb”, declarou Logan.

Segundo ela, o objetivo é tornar a política monetária “moderadamente restritiva”, de modo a assegurar o máximo emprego e a estabilidade

de preços. A dirigente estimou que os juros atuais estejam pelo menos 50 pb abaixo do nível necessário para começar a trazer a inflação de volta à meta.

A dirigente, que votou pela manutenção dos juros na faixa de 3,75% a 4% nesta semana, avaliou que a decisão de interromper temporariamente o aperto não altera seu destino. Para Logan, uma abordagem mais gradual permite que famílias, empresas e investidores se adaptem às taxas mais altas, reduzindo o risco de deterioração excessiva da atividade.

Logan destacou que a economia americana apresenta crescimento forte, sustentado pelo consumo e pelos investimentos empresariais. O mercado de trabalho, por sua vez, permanece equilibrado e pode estar “um pouco mais aquecido”, embora as empresas demonstrem resistência tanto para contratar

quanto para demitir funcionários.

No campo inflacionário, a dirigente classificou como “inaceitável” o fato de o Fed não atingir sua meta de 2% há quase seis anos. Ela ressaltou que o núcleo do índice de preços de gastos com consumo (PCE) avançou 3,1% nos 12 meses até setembro, com pressões disseminadas por bens e serviços.

Logan avaliou ainda que as condições financeiras continuam impulsionando a economia, apesar da alta de quase 1 ponto percentual nos rendimentos dos Treasuries de dez anos em 2026.

Segundo ela, os juros de longo prazo mais elevados não representam um entrave tão grande à atividade quanto se poderia esperar, uma vez que refletem principalmente expectativas de crescimento nominal mais forte e de uma taxa neutra maior.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

PREGÃO Nº 209/2027

O Pregoeiro Andre Luis Borges de Castro convida as empresas interessadas em participarem do **Pregão nº 209/2027** no dia 17/11/2026 às 14H. **Objeto: Contratação de Serviço Continuo de Esterilização, Reprocessamento e Reesterilização de Artigos Hospitalares Termossensíveis.** Processo nº 33409.008857/2025-09. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

CAPITAL MARÍTIMA S.A.
CNPJ/MF nº 30.864.027/0001-93 - NIRE: 333.0036389-1
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Em cumprimento ao solicitado pelo acionista TSLAVRAS HOLDING LTD em notificação enviada em 24/10/2026, ficam convocados os acionistas da CAPITAL MARÍTIMA S.A. (“Companhia”), sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 30.864.027/0001-93 e NIRE 333.0036389-1, com sede na Av. das Américas, 700, sala 118, bloco 06 - Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.640-100, por meio do presente Edital, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404 de 1976, a comparecer à Assembleia Geral Extraordinária que será realizada na Avenida Presidente Wilson, nº 231, andar 18, na sede do Vieira Rezende e Guerreiro Advogados, no dia 11 de novembro de 2026, às 10:00, em primeira convocação, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Ordem do Dia:** (i) Avaliar a instalação do Conselho Fiscal e a eleição de seus membros; (ii) A adoção de canal seguro, interlocutor, calendário e condições de acesso às informações, com tratamento individual das restrições; e (iii) A apresentação, pela administração, de plano de atendimento às pendências e sobre um calendário de acompanhamento. Caso o quórum de instalação não seja atingido em primeira convocação, será realizada segunda convocação dentro do prazo legal, que será instaurada com qualquer número de acionistas presentes. Cabe ressaltar que a AGE não será realizada na sede da Companhia uma vez que a administração entende que o local indicado terá uma estrutura mais adequada para comportar os acionistas. Os acionistas poderão participar da Reunião presencialmente, por procurador legalmente habilitado. Rio de Janeiro, 03 de novembro de 2026. **CAPITAL MARÍTIMA S.A.**

MRS LOGÍSTICA S.A.
CNPJ nº 01.417.222/0001-77 - NIRE nº 33.300.163.565 - Companhia Aberta - Registro CVM nº 01794-9

Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação: Ficam convocados os Senhores acionistas da MRS Logística S.A. (“Companhia”), na forma do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei nº 6.404/76”), a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária (“Assembleia Geral”), a ser realizada no dia 19 de novembro de 2026, às 11 horas, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma “Microsoft Teams”, nos termos do artigo 28 da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM nº 81/2022”), a fim de deliberar acerca das seguintes matérias: **Ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária:** (1) constituição de Reserva de Incentivos Fiscais, nos termos do artigo 195-A da Lei nº 6.404/76; (2) redestinação de até R\$ 1.489.628.863,74 (um bilhão, quatrocentos e oitenta e nove milhões, seiscentos e vinte e oito mil, oitocentos e sessenta e três reais e setenta e quatro centavos), atualmente registrados na conta de Reserva para Investimentos para a Reserva de Incentivos Fiscais, correspondentes a parcela do lucro líquido decorrente de subvenções governamentais para investimentos referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023; e (3) autorizar a administração da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações se aprovadas. **Instruções Gerais:** A Companhia informa que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, na sua sede - à Praia de Botafogo, nº 228 - sala 707 - Botafogo - Rio de Janeiro/RJ, no seu site de Relações com Investidores (<https://ri.mrs.com.br/>), bem como nos sites da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm), o presente Edital de Convocação e a Proposta da Administração, que contém as informações requeridas pela Resolução CVM nº 80/2022 e pela Resolução CVM nº 81/2022 sobre as matérias a serem examinadas e discutidas na Assembleia Geral. Para participarem da Assembleia Geral, os acionistas deverão apresentar os seguintes documentos: a) **Pessoas Físicas:** Documento de identidade. b) **Pessoa Jurídica:** Estatuto social ou contrato social em vigor e documentação societária comprobatória de poderes de representação (eleição de administradores ou procuração, neste caso, observado o disposto no item “c” abaixo); documento de identidade do(s) representante(s) legal(is). c) **Procuradores:** O acionista pessoa física pode ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, nos termos do parágrafo 1º do art. 126 da Lei nº 6.404/76. O acionista pessoa jurídica pode ser representado na Assembleia por seus representantes legais ou mandatários devidamente constituídos, de acordo com os atos constitutivos da sociedade e com as regras do Código Civil. Caso o acionista seja representado por procurador, além dos documentos mencionados nos itens “a” ou “b” acima, conforme aplicável, deverá apresentar instrumento de mandato com poderes especiais e documento de identidade do procurador. d) **Acionistas estrangeiros:** os acionistas estrangeiros deverão apresentar os documentos constantes dos itens “a” ou “b” acima, conforme aplicável, sendo que estes devem ser notariados, consularizados no Consulado brasileiro do país de origem, ou apostilados, conforme aplicável, e traduzidos por tradutor juramentado. Os acionistas poderão exercer o voto à distância nesta Assembleia Geral, por meio do preenchimento e entrega, até o dia 15 de novembro de 2026 (inclusive), do boletim de voto à distância (“Boletim”), disponibilizado nesta data, 29 de outubro de 2026. O acionista poderá enviar o Boletim, dentro do prazo informado, para: 1) a Companhia; 2) o escriturador das ações de emissão da Companhia, qual seja, o Banco Bradesco S.A.; 3) seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ou 4) o depositário central no qual as ações estão depositadas. As orientações e procedimentos para o preenchimento e entrega do Boletim podem ser verificados no próprio Boletim, disponibilizado pela Companhia, nesta data. Os acionistas que tiverem interesse em participar da Assembleia Geral exclusivamente digital deverão manifestar tal interesse e enviar os documentos e comprovantes de que trata o art. 126 da Lei nº 6.404/76, até o dia 17 de novembro de 2026, isto é - 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, nos termos do artigo 6º, §3º, da Resolução CVM nº 81/2022, por meio do endereço eletrônico age@mrs.com.br, devendo indicar o endereço eletrônico (e-mail) para o qual deve ser enviado o link que permitirá o acesso ao sistema para participação na Assembleia. Os acionistas que não manifestarem o interesse na participação na assembleia digital ou não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui exigido não estarão aptos à participação na Assembleia. Em cumprimento ao disposto no artigo 5º, §4º, da Resolução CVM nº 81/2022, a Companhia esclarece que a escolha do formato para a realização da Assembleia Geral considerou diversos fatores relevantes, incluindo os níveis históricos de presença e engajamento dos acionistas, que têm se mostrado satisfatórios e compatíveis com a dinâmica da Companhia. Além disso, buscou-se um equilíbrio entre os custos de realização da Assembleia e os custos que os acionistas eventualmente teriam para participar, garantindo a viabilidade econômica do evento sem comprometer a acessibilidade e a efetiva participação dos interessados. Por fim, a decisão está alinhada com as práticas predominantes no mercado, reforçando o compromisso da Companhia com a adoção de modelos eficientes e aderentes às expectativas dos seus acionistas. As informações detalhadas sobre as regras e os procedimentos a serem seguidos para que os acionistas possam participar e votar à distância na Assembleia, incluindo informações para acesso e utilização do sistema por meio do qual será realizada a Assembleia estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://ri.mrs.com.br/>. Rio de Janeiro, 29 de outubro de 2026. Luis Fernando Barbosa Martinez - Presidente do Conselho de Administração

ALTO RISCO

SUS detecta quase 10 mil testes positivos para HPV

IARA BALDUINO/ABRASIL

Desde que o exame molecular de rastreio de HPV em mulheres começou a ser disponibilizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), 9.904 testes apresentaram resultado positivo para HPV de alto risco, que é o subtipo do vírus associado ao risco de câncer do colo do útero.

O exame DNA-HPV é indicado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) desde 2013 e co-

meçou a ser utilizado pelo SUS no início do ano em substituição ao teste Papanicolau. A vantagem do exame molecular é que ele é capaz de detectar a presença do vírus antes mesmo de ele evoluir para uma lesão pré-cancerígena, o que ajuda a prevenir e a identificar de forma precoce muitos casos de câncer de colo do útero.

Um estudo realizado pelo Centro de Atenção à Saúde Integral da Mulher da Universidade Estadual de Campinas

(Unicamp) com mulheres de um programa na cidade de Indaiatuba, em São Paulo, mostrou que o uso do exame de DNA-HPV antecipou em 10 anos a detecção do câncer de colo do útero.

Enquanto a média de idade de rastreamento desse tipo de câncer pelo exame Papanicolau é de 49,3 anos, com o teste molecular de DNA a média de idade foi de 39,6 anos.

Até agora, 26 estados já utilizam o novo protocolo. O Espíri-

to Santo, estado que ainda não fez a substituição, deve receber os novos testes ainda este ano, segundo o Ministério da Saúde (MS).

De acordo com o Instituto Nacional de Câncer (Inca), o Brasil poderá registrar cerca de 19,3 mil novos casos de câncer do colo do útero por ano até 2028. O tumor é o terceiro mais comum em mulheres no País, mas se detectado precocemente tem chances de cura que superam os 95%.

PUC-Rio

Família denuncia agressão a Marielle em grupo de WhatsApp

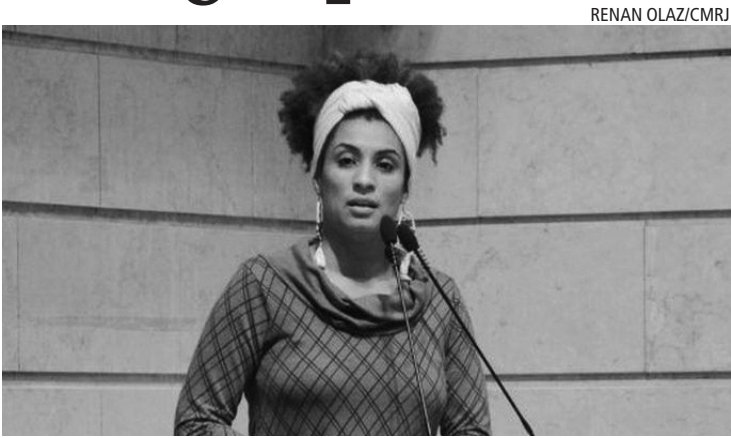
A filha de Marielle Franco, Luyara Franco (**foto**), denunciou nas redes sociais uma ofensa à vereadora carioca assassinada em 2018. Segundo a postagem, foram feitos comentários racistas contra Marielle em um grupo de WhatsApp com integrantes da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

"Mais uma vez, atacam a memória da minha mãe com o ódio e o racismo. Dói, revolta, mas não vai nos silenciar. Racismo é crime! Exigimos respeito, apuração e posicionamento da PUC-Rio", afirmou Luyara, em postagem compartilhada com o Instituto Marielle Franco.

Segundo Luyara, uma pessoa teria usado o termo "macaca" e questionado como Marielle teria pago a própria faculdade. Marielle foi aluna da PUC-Rio, onde cursou sociologia.

"A gente está falando de uma mulher negra, que ocupou a universidade, que construiu sua trajetória com muito trabalho, inteligência e compromisso com a transformação da sociedade. Uma mulher que teve sua vida interrompida pela violência política e que mesmo depois de ser assassinada, continua sendo alvo de racismo", diz Luyara.

"Isso não é brincadeira, não é



opinião, não é liberdade de expressão. Racismo é crime", acrescenta.

O crime de racismo está previsto na Constituição Federal. Trata-se de crime inafiançável e imprescritível, ou seja, não caduca, com pena de reclusão e multa.

Em nota, a PUC-Rio diz que recebeu denúncias pela Ouvidoria e pelo Canal Externo de Denúncias e que foi aberta investigação interna para apurar o ocorrido e adotar todas as medidas administrativas e legais cabíveis.

"A PUC-Rio rechaça veementemente qualquer ato discriminatório, incluindo racismo e injúria racial", e acrescenta: "Como universidade confessional e co-

munitária, a PUC-Rio emitiu uma nota de repúdio, divulgada a toda a comunidade universitária, reafirmando seu compromisso com a promoção de uma educação antirracista e com a preservação da memória de Marielle Franco", diz a universidade.

OFENSA EM ATO

Recentemente, Marielle foi alvo de outra ofensa, no último dia 13, em ato perto da PUC-Rio, por apoiadores do então presidente Flávio Bolsonaro (PL).

Em vídeos que circularam nas redes sociais, bolsonaristas ironizaram o assassinato de Marielle Franco. Um dos manifestantes falou em um carro de som: "Marielle está com papai

do céu", e acrescentou, "ou no colo do capeta".

O caso ganhou repercussão. Também na ocasião, nas redes sociais, Luyara Franco, e a irmã de Marielle, a deputada federal eleita Anielle Franco (PT), publicaram vídeos defendendo a vereadora.

ASSASSINATO

O crime ocorreu em março de 2018. O carro da vereadora Marielle Franco foi alvejado quando ela saía de ato no centro do Rio. Ela e o motorista Anderson Gomes foram assassinados.

Assassinos confessos da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, os ex-policiais militares Ronnie Lessa e Elcio de Queiroz foram condenados em 2024.

Também foram condenados pelo crime:

- Domingos Brazão, então conselheiro do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro,
- Chiquinho Brazão, ex-deputado federal,
- Rivaldo Barbosa, ex-chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro,
- Ronald de Paula, major da Polícia Militar e
- Robson Calixto, ex-policial militar.

DOENÇA

Preocupação com bronquiolite e vírus sincicial cresce entre gestantes

GUILHERME JERONYMO/A BRASIL

A percepção sobre o vírus sincicial respiratório (VSR), a bronquiolite e a dinâmica de imunização vem avançando no país desde 2024, segundo pesquisa feita com gestantes em todos os estados.

Os dados, coletados pelo Instituto Inteligência em Pesquisa e Consultoria (Ipsos-Ipec), a pedido da Pfizer, fornecedora da vacina para o SUS, indicam que houve avanços no conhecimento sobre imunização durante a gestação. O salto mais expressivo foi saber que é possível se vacinar contra a bronquiolite mesmo durante a gravidez.

No período, o percentual de gestantes que conhecem ou já ouviram falar sobre o vírus respiratório passou de 58% para 70%.

A pesquisa ouviu 530 gestantes brasileiras, com idades entre 18 e 45 anos. Delas, 79% das entrevistadas apresentaram ao menos uma dúvida ou percepção equivocada sobre o tema, enquanto apenas 13% responderam corretamente a todas as afirmações avaliadas.

"Os dados regionais mostram que a conscientização avançou

tanto no Sudeste quanto no Norte e Centro-Oeste, mas em pontos diferentes", afirmou a médica Adriana Ribeiro.

No Sudeste, o destaque é o conhecimento sobre o vírus. Hoje, 74% das gestantes dizem conhecer ou já ter ouvido falar do VSR, o que significa 21 pontos a mais que em 2024, segundo Adriana. A bronquiolite também passou a ser uma das doenças que mais preocupam, indo de 40% para 55%.

VACINAÇÃO

De acordo com Adriana, no Norte e Centro-Oeste do país, a percepção da doença subiu de 12% para 47%. Além disso, metade das gestantes das regiões já reconhece que a bronquiolite pode ser grave, o dobro de 2024.

Segundo Ribeiro, a cobertura nacional entre gestantes está em torno de 84%, mas há estados abaixo de 80%, como São Paulo, Rio de Janeiro, e vários estados do Norte. Além disso, 46% das gestantes do Sudeste e 38% no Norte e Centro-Oeste ainda não sabem que existe prevenção contra o VSR disponível no SUS. "O pré-natal é o momento-chave para fechar essa lacuna", afirma a médica.

A imunização para o VSR é

relativamente recente, sendo autorizada no país desde 2024 e incorporada ao Sistema Único de Saúde (SUS) em dezembro de 2025. As bronquiolites infantis estão entre as principais causas de internação por infecção para crianças de menos de três anos e idosos. Surto recentes, inclusive após a pandemia da Covid-19, têm preocupado famílias e gestores.

A pesquisa demonstrou que a bronquiolite é percebida como a principal doença infectocontagiosa que preocupa as gestantes, sendo citada por 60% das entrevistadas, um aumento em relação aos 40% registrados em 2024. Em outra pergunta, notou-se que 46% entendem que a doença pode ser grave, com risco de hospitalização e morte, especialmente para bebês e idosos.

Os dados do Ipsos-Ipec indicam ainda que houve avanços no conhecimento sobre imunização durante a gestação. Em 2026, 72% das entrevistadas afirmam saber da existência de um calendário vacinal específico para gestantes, contra 58% em 2024.

Ainda assim, 25% acreditam que devem seguir apenas o calendário de vacinação correspondente à sua idade, não entendendo a dinâmica da imuni-

zação entre mãe e criança. Das pesquisadas, 31% ainda não reconhecem que algumas vacinas recomendadas durante a gestação também podem contribuir para a proteção do bebê.

"No Norte e Centro-Oeste, praticamente todas as gestantes já ouviram falar da bronquiolite. O que ainda está em construção é entender a relação entre o vírus e a doença, e a gravidade. No Sudeste, cresceu de 33% para 43% o número de gestantes que reconhecem o risco de internação e morte.

No Norte e Centro-Oeste, 40% já associam a bronquiolite ao VSR, 11 pontos a mais que em 2024. Ou seja, ouvir falar da doença, conhecer o vírus e entender a relação entre os dois são etapas diferentes da conscientização", pondera Ribeiro.

Houve avanço na indicação de vacinação pelos médicos: 88% afirmam ter recebido recomendação para se vacinar durante a gestação. Em 2024 eram 77%.

Entre aquelas que receberam a indicação, 96% afirmam que seguem ou pretendem seguir a recomendação. Além disso, 71% relatam seguir integralmente as orientações recebidas durante o acompanhamento pré-natal.

Cardeal Tempesta



Orani João Tempesta, O.Cist
Arcebispo do Rio de Janeiro

Dia de Finados

A Igreja celebra na segunda-feira, dia 02 de novembro de 2026, o Dia de Finados, ou como a liturgia denomina a Comemoração de Todos os Fiéis Defuntos. É um dia para lembrarmos com carinho daqueles que já partiram. Não é um dia de tristeza, mas de saudade, e através da fé acreditamos que aqueles que já partiram estão junto de Deus e um dia todos nós nos encontraremos na vida eterna.

O Dia de Finados é feriado nacional, mas não é um feriado qualquer no qual podemos ir simplesmente viajar ou passear, esse dia deve ser guardado com carinho, em respeito com aqueles que já faleceram. Esse dia deve ser reservado para irmos ao cemitério visitar o túmulo dos entes queridos que já partiram e participar da Santa Missa em memória dos fiéis defuntos no cemitério ou em sua paróquia.

Em nossa profissão de fé rezamos: "creio na ressurreição da carne e na vida eterna", através da nossa fé católica acreditamos que a vida não termina aqui, mas ela continua na eternidade. A nossa vida terrena é passageira, é breve, e passamos por aqui em vista da vida eterna. A Igreja Católica não acredita na reencarnação, ou seja, cremos que a vida aqui na terra é uma só, ninguém volta para ter outra chance, mas após essa vida viveremos eternamente ao lado de Deus.

Jesus Cristo abriu-nos as portas da eternidade a partir da sua morte e posterior ressurreição. Ele nos garantiu que existia a vida eterna e que nos prepararia um lugar junto de Deus. A nossa vida está nas mãos de Deus, Ele nos deu a vida e somente Ele tem o poder de tirar a nossa vida, ninguém tem o direito de tirar a própria vida ou de tirar a vida do outro. O tempo de Deus é diferente do nosso, a nossa vida pode durar sessenta, setenta ou oitenta anos, mas devemos procurar viver retamente para estarmos preparados para o momento do encontro com o Senhor.

Não podemos viver com medo do dia de nossa morte, por mais que o assunto nos assuste um pouco. Todos os seres vivos nascem, amadurecem, crescem e depois de uma certa idade morrem, ninguém "fica para semente". Felizes são aqueles que ultrapassam os oitenta ou noventa anos (tenho encontrado pessoas centenárias ultimamente), mas enquanto estamos nesse mundo terreno devemos viver amando a Deus e ao próximo e tendo no coração a certeza de que um dia nos encontraremos com Deus. Não sabemos quando será o dia e a hora de nosso encontro definitivo com Deus, como dizia Jesus: "Vós não sabeis qual o dia e a hora, nem os anjos do céu e nem o filho sabem, somente o Pai". O "mundo" terreno acaba para aqueles que morrem, mas inicia para aqueles que morrem a vida eterna.

O Dia de Finados é próximo da data que celebramos o Dia de Todos os Santos, pois somos convidados a viver a santidade no dia a dia, com o nosso batismo somos chamados a ser sal na terra e luz no mundo e testemunhas de Jesus Cristo. Mesmo que não sejamos canonizados pela Igreja temos que buscar uma vida santa, levaremos dessa vida sobretudo o quanto fomos capazes de amar o nosso próximo.

No dia da missa de Finados somos convidados a levar o nome de nossos entes queridos dobrados num papel e colocá-los numa urna, nesse dia como são muitos nomes normalmente não se lê todas as intenções, mas reza-se por aqueles nomes que estão na urna. Nos cemitérios acontecem missas quase de hora em hora e nas paróquias acontecem uma ou mais missas no dia. As igrejas ficam abertas para que os fiéis possam acender velas e rezar por seus entes queridos falecidos.

Desde sempre os católicos têm o costume de rezar por seus entes queridos, prestar homenagem e enfeitar os túmulos. A exemplo de Jesus que morreu, foi sepultado e José de Arimatéia e Nossa Senhora prepararam o seu corpo para o sepultamento. Depois, é claro Jesus deixa o túmulo vazio e ressuscita. Ainda se celebra a missa de sétimo dia, mensal e anual daqueles que já partiram. Antigamente a família guardava o luto por muito tempo e, em geral, por vários dias em respeito daquele que partiu para a eternidade. A esposa por exemplo ficava um tempo usando roupa preta e guardando o luto. Nos dias de hoje, mudou um pouco esse costume e o tempo de luto diminuiu.

Desde o século XI, os Papas Silvestre II, João XVIII e Leão IX, recomendavam vivamente que os cristãos dedicassem um dia para rezar por quem já havia falecido e muitas vezes não eram lembrados. Celebrar a memória de alguém que já partiu, é de certa maneira ter a certeza de que a pessoa sempre estará conosco. Não podemos esquecer daqueles que já se foram, pois alguma marca deixou em nossa vida.

A partir do século XII, o Dia de Finados, passou a ser celebrado pela Igreja católica em 02 de novembro. A partir do século IV foi acrescentada na Oração Eucarística a oração por todos os fiéis defuntos, para que a cada missa os fiéis possam lembrar de quem já se foi.

É difícil nos separar daqueles que amamos e a morte com certeza é momento duro, mas celebramos com saudade e não com tristeza essa data, tendo a certeza de que um dia nos encontraremos com quem já se foi. Celebremos esse dia com esperança e fé de que a vida não termina aqui, mas continua na eternidade, e que um dia todos nós nos encontraremos na eternidade.

FERNANDO DE NORONHA

138 peixes-leão, espécie 'devoradora', são capturados

ANA MAGALHÃES/AE

Mergulhadores capturaram 138 peixes-leão (Pterois volitans) durante uma operação de manejo em Fernando de Noronha na última quarta-feira. Segundo o coordenador da operação, Fernando Rodrigues, a espécie representa uma ameaça à biodiversidade marinha por ser "altamente devoradora", podendo consumir até 20 peixes em apenas 30 minutos.

A ação foi realizada por profissionais da operadora Sea Paradise e contou com a aprovação do Instituto de Pesquisa Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio).

Fernando afirmou que os peixes foram capturados em uma área entre o Porto de Santo Antônio e a Praia da Conceição, conhecida como Cabeço 47, que fica a 47 metros de profundidade.

"Nesse ponto específico, é bem característico ter agregação e, por isso, sabíamos que haveria muitos peixes. Só não imaginava que haveria tantos", contou.

AMEAÇA

Ainda segundo o mergulhador, anteriormente, era comum capturar de 30 a 40 peixes-leão por operação. Atualmente, porém, com o esforço direcionado ao manejo da espécie, os números são muito maiores.

"No início deste mês, pegamos 312 peixes-leão na área do porto. Isso mostra a eficiên-

cia da espécie e, caso diminuamos o esforço, eles irão dominar de vez", afirmou.

Fernando relatou ainda que, além da ausência de predadores naturais no arquipélago, o que favorece a proliferação da espécie, o peixe-leão tem alto potencial predatório.

"Ele consegue consumir até 20 peixes pequenos em apenas 30 minutos. Noronha abriga diversas espécies marinhas que só existem lá, e o peixe-leão se alimenta delas, podendo levar à extinção local", informou.

PEIXE É NATIVO

O peixe-leão é nativo da região Indo-Pacífica e foi identificado pela primeira vez no Brasil em 2014, no litoral do Rio de Janeiro. Desde então, a presença da espécie também foi registrada em estados como Pernambuco, Ceará, Alagoas e Bahia.

Apesar da aparência inofensiva, o peixe-leão representa uma ameaça ao equilíbrio dos ecossistemas marinhos. Sem predadores naturais conhecidos em número suficiente no litoral brasileiro, a espécie compete por alimento com animais nativos e pode reduzir as populações de peixes e crustáceos, causando impactos na biodiversidade e na atividade pesqueira.

A espécie tem 18 espinhos venenosos e o contato com humanos pode causar dor intensa, náuseas e até convulsões. Cada fêmea pode colocar até 30 mil ovos, que eclodem em apenas 26 dias.

SÃO PAULO

Prefeitura e Jockey fecham acordo para pagamento de dívida

POR MALU MÔES

A Prefeitura de São Paulo e o Jockey Club assinaram na quinta-feira, um acordo para pagamento da dívida quase bilionária do hipódromo com o Município em troca de transformar uma parcela de seu terreno em um parque público. O clube também pagou R\$ 228 milhões à vista para encerrar o débito.

O parque ocupará cerca de 85 mil metros quadrados no interior da pista do Jockey, que serão cedidos à Prefeitura. O clube de 600 mil m² fica na Cidade Jardim, na zona sul, um dos bairros com terreno mais caro da capital.

Segundo a Prefeitura, o hipódromo devia mais de R\$ 905 milhões por inadimplência de impostos - aproximadamente R\$ 500 milhões em débitos de IPTU, R\$ 300 milhões de ISS e o restante de outros tributos.

O acordo ocorre após o hipódromo fechar uma parceria com o banco BTG Pactual.

A entrega do parque deve ocorrer até 1.º de outubro de 2028. O banco e o clube vão investir cerca de R\$ 100 milhões para implementar a infraestrutura, que prevê bosque, lagos, quadras e circuito de caminhada, além de espaços para crianças e para animais de estimação.

"O Jockey é um equipamento parado, perdido. É um grande problema para a cidade. Eles devem milhões, a gente fica cobrando e não consegue receber. Mas agora a gente resolve esse problema", afirmou o prefeito Ricardo Nunes (MDB) na assinatura do acordo.

A parceria entre o BTG e o Jockey também inclui a restauração do próprio hipódromo. Segundo o presidente do hipódromo, Vicente Renato Paolillo, a ideia é modernizar

o espaço, com a implementação de novas áreas de lazer e piscinas.

"O Jockey continua numa situação muito precária (financeiramente). O que se imaginou foi algum investidor nos ajudar e implantar um desenvolvimento lá. O BTG nos apresentou um projeto para expandir o nosso clube, porque temos atividades esportivas e sociais pequenas, mas temos muito espaço ocioso e livre que pode ser utilizado para isso", afirmou Paolillo em setembro na Câmara Municipal.

PREFEITURA

Antes da negociação que foi selada na quinta-feira, um projeto aprovado na Câmara Municipal e sancionado pelo prefeito Ricardo Nunes (MDB) já determinava que o Jockey virasse parque municipal, com a desapropriação do terreno devido às dívidas.

A discordância do clube acerca da ideia fica clara em seu pedido de recuperação judicial, em 2025. "Após algumas pressões de bastidores em 2022 e 2023, principalmente, os ensaios de tentativas de arrebatar o terreno da entidade por conta de supostos débitos de IPTU, também supostamente impagos, os agentes municipais saíram do campo da ameaça e materializaram o abuso", diz o documento.

Em 2023, a Câmara Municipal aprovou a transformação do terreno em um parque durante a revisão do Plano Diretor. A emenda ao projeto de lei sobre o Jockey foi apresentada pelo então presidente da Câmara, Milton Leite (União Brasil). Na época, o vereador argumentou que o parque traria "maior utilização do equipamento por parte da população e maior integração com a cidade".

SENADO

Alcolumbre pauta votação da PEC da Segurança para 3ª-feira

GABRIEL MÁXIMO/AE

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP) (foto), pautou a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública para a próxima terça-feira.

Prioritário para o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) neste fim de ano, o texto amplia as competências da União na área de segurança pública, impõe restrições a integrantes de facções criminosas e permite a criação de polícias municipais. Lula tem afirmado que, após a aprovação da PEC, criará o Ministério da Segurança Pública.

A oposição vem tentando, desde a tramitação na Câmara dos Deputados, embutir na PEC um item prevendo a redução da idade para imputabilidade penal, condição que torna um cidadão passível de punição por um crime - hoje prevista a partir dos 18 anos de idade.

No último dia 15, Alcolumbre retirou a PEC da pauta do Senado. A decisão veio após um impasse na articulação do próprio governo Lula. O Palácio do Planalto vinha negociando uma proposta para tentar anular a iniciativa dos bolsonaristas de reduzir a maioria penal a até 14 anos, para crimes hediondos - mas os petistas não chegaram a um entendimento sobre a estratégia para reduzir danos.

O receio do governo era que, sem uma alternativa na mesa, a oposição conseguisse aprovar a redução para 14 anos - a medida tem aprovação popular, mas é profundamente mal vista pela base de esquerda e por setores religiosos. A própria Conferência Nacional dos Bispos do Bra-



AGÊNCIA SENADO

sil (CNBB), a mais importante entidade católica no País, emitiu uma nota criticando a negociação para aprovar a medida. Alas do PT também são contrárias.

Para não ver a emenda da oposição aprovada, o senador Camilo Santana (PT) protocolou sua própria medida, mas a estratégia não teve consenso dentro do partido.

ACORDO NA CÂMARA

Em março deste ano, um acordo feito entre o relator da PEC da Segurança Pública na Câmara, Mendonça Filho (União-PE), e o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), levou à retirada do trecho que previa uma brecha para reduzir a maioria penal de 18 para 16 anos.

O trecho que previa a realização de um referendo sobre o assunto não constava no texto original da PEC elaborada pelo go-

verno Lula, e foi incluído pelo relator durante a elaboração do parecer. Mas a pressão das bancadas de esquerda ensaiou travar a aprovação, e Motta convenceu o relator pela retirada do tema.

CONTEÚDO DA PEC

A proposta aprovada prevê o endurecimento penal contra integrantes e líderes de organizações criminosas, facções, milícias privadas e grupos paramilitares.

Também amplia a competência da Polícia Federal, autoriza a Polícia Rodoviária Federal a atuar em rodovias, ferrovias e hidrovias federais, cria a possibilidade de polícias municipais e constitucionaliza o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP)

Na contramão do que previa a proposta original, elaborada pelo então ministro da Justiça,

Ricardo Lewandowski, o projeto blinda os Estados contra a influência da União para direcionar políticas públicas e retira a competência privativa da União sobre segurança pública e defesa social; só restando ao governo federal legislar sobre atividade de inteligência.

Em vez de caber à União "manter" a segurança pública e a defesa social, o texto prevê que ela vai "prover os meios necessários à manutenção", sinalizando financiamento por parte do governo federal, e não execução. E prevê que cada ente federativo vai ter seus próprios conselhos e políticas sobre o setor.

A PEC também dá poder aos Estados para criar forças-tarefa e organizar o sistema socioeducativo sem a participação da União e também fortalece os parlamentares contra outros Poderes.

TRAMA GOLPISTA

Moraes decide que ‘minuta do golpe’ deve ser armazenada como prova

GIOVANNA MASSARO/AE

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes decidiu que a chamada 'minuta do golpe' deve ser armazenada pela Polícia Federal como prova da trama golpista. Na mesma decisão, ele também determinou o destino de outros objetos apreendidos durante as investigações, como dois passaportes e uma pistola, que deve ser destruída.

Moraes escreveu, em sua decisão, que os objetos apreendi-

dos não poderão ser devolvidos enquanto interessarem ao processo. Ele afirma que a minuta "constituiu elemento de prova relevante para a persecução penal, razão pela qual deve permanecer acautelado em depósito nas dependências da Polícia Federal".

Sobre as pistolas apreendidas, acompanhadas de munição e maleta, o ministro recomendou que sejam destruídas. A posição sobre as armas é a mesma defendida pela Procuradoria Geral da República (PRG). Já os

passaportes apreendidos, assim como a minuta, não devem ser restituídos pois servem de prova no processo, segundo o que foi decidido pelo magistrado.

A 'minuta do golpe' foi encontrada na casa do ex-ministro de Jair Bolsonaro, Anderson Torres. O texto não foi publicado, mas previa a decretação de estado de defesa no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com potencial para mudar o resultado das eleições.

O decreto foi apresentado em uma reunião no Palácio do Pla-

nalto em 7 de dezembro de 2022, em uma reunião que contou com a presença do então ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira, do então comandante da Marinha, Almir Garnier Santos, Freire Gomes, de Felipe Martins e de Jair Bolsonaro.

O documento declara: "jogado de forma incondicional dentro das quatro linhas, com base em disposições expressas na Constituição Federal de 1988, declaro o Estado de Sítio; e, como ato contínuo, decreto Operação de Garantia da Lei e da Ordem".

EUA

Deputados pedem explicações a Rubio sobre ajuda do país na fuga de Flávio

JULIANO GALISI/AE

Um grupo de 25 deputados dos Estados Unidos enviou uma carta ao Departamento de Estado americano, do secretário Marco Rubio, cobrando esclarecimentos sobre a possível colaboração do governo de Donald Trump na fuga de Flávio Bolsonaro (PL) ao país.

O documento, enviado quinta-feira, é assinado por parlamentares do Partido Democrata, que faz oposição a Trump. Entre eles, há integrantes da Comissão de Relações Exteriores do Congresso dos EUA. O pedido de explicações ocorre após o jornal The New York Times revelar que o jatinho que levou Flávio Bolsona-

ro da Argentina aos Estados Unidos foi providenciado por Jason Miller, um dos principais conselheiros do presidente americano.

O senador deixou o Brasil após o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), atender a pedido da Polícia Federal e solicitar a apreensão de seus passaportes, além de proibi-lo de sair do País. Ele não cumpriu a medida e fugiu do território nacional, levando a esposa e as duas filhas consigo. Eles chegaram à Flórida na manhã de quarta-feira, 28.

O Departamento de Estado foi procurado para comentar o recebimento do ofício, mas não se manifestou.

Os deputados querem esclari-

recer se o Departamento de Estado tinha conhecimento sobre o plano de fuga e se, de algum modo, o órgão com a trama. Além disso, pedem explicações sobre a concessão dos vistos que permitiriam a entrada de Flávio território americano mesmo após o cancelamento dos passaportes do candidato derrotado.

"O povo americano e o Congresso têm um interesse legítimo em entender se recursos diplomáticos e de imigração dos Estados Unidos foram utilizados para facilitar a viagem de uma figura política estrangeira nessas circunstâncias", afirma um trecho do documento.

O documento, com 15 perguntas, também questiona se o

governo americano tinha conhecimento sobre as investigações das quais Flávio Bolsonaro é alvo no Brasil. Além disso, os deputados perguntam se os impactos da fuga nas relações diplomáticas entre EUA e Brasil foram avaliados pela gestão federal.

O Departamento de Estado tem duas semanas para responder à carta, com prazo até o dia 13 de novembro.

"A transparência é particularmente importante quando os acontecimentos relatados envolvem um processo judicial estrangeiro, relações bilaterais sensíveis e a aplicação consistente das políticas de imigração e diplomacia dos EUA", reforçam os parlamentares.

PEDRO UCZAI

Projeto endurece penas por perseguição política no trabalho

MARIA MAGNABOSCO/AE

O deputado federal Pedro Uczai (PT-SC) (foto) apresentou um projeto de lei que endurece as penas para quem promover discriminação por voto ou convicção política no ambiente de trabalho e em atividades econômicas. A proposta, protocolada pela bancada do PT na Câmara dos Deputados na quinta-feira, ocorre após a circulação de listas de boicote a estabelecimentos comerciais e demissão de apoiadores do presidente reeleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O texto propõe incluir no Código Penal o crime de discriminação por voto ou convicção política, com pena de dois a cinco anos de reclusão e multa. A punição poderá chegar a seis anos quando a perseguição for promovida por meio de redes sociais, aplicativos de mensagens ou veículos de comunicação. O texto também prevê aumento de pena de um terço até a metade em casos de atuação coordenada, uso de cargo público ou prejuízo econômico às vítimas.

A medida busca criminalizar a elaboração e divulgação de listas para incentivar boicotes, demissões ou restrições profissionais por sua preferência política. Também prevê punição para empregadores que dispensem funcionários por suas escolhas eleitorais, recusem contratações ou exijam que trabalhadores re-



LULA MARQUES/ABRASIL

velem em quem votaram.

"A democracia é uma conquista da sociedade brasileira e nós não vamos abrir mão. Cada cidadão brasileiro é livre pra escolher seu candidato ou candidata como fez com seus deputados, governadores, senadores e presidente da República", afirmou Uczai em publicação nas redes sociais.

A iniciativa ocorre em meio a denúncias de perseguição política contra eleitores de Lula após o segundo turno das eleições, realizado no domingo, 25. Segundo dados divulgados pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), o órgão registrou 3.080

denúncias de assédio eleitoral em 2026 até quarta-feira, 28. aDesse total, 1.147 foram recebidas entre os dias 26 e 28 de outubro, após a votação.

Na quinta-feira, parlamentares do PT também acionaram a Procuradoria-Geral da República (PGR), a Polícia Federal (PF) e o MPT para solicitar uma investigação nacional sobre campanhas de boicote econômico e incentivo à demissão de eleitores de Lula A representação aponta a circulação de listas em municípios de pelo menos oito Estados e pede a apuração de uma possível atuação coordenada.

Na justificativa do projeto, os parlamentares argumentam que a legislação atual não contempla de maneira específica todas as formas de retaliação econômica motivadas pelo voto. O texto cita um episódio ocorrido em Cafelândia, no interior de São Paulo, onde responsáveis pela divulgação de uma lista de boicote a comerciantes durante as eleições de 2022 foram condenados por perseguição pelo Tribunal de Justiça de São Paulo em julho de 2025.

O projeto ainda precisará tramitar no Congresso Nacional antes de eventual sanção presidencial.

MPT

Justiça manda Meta excluir posts sobre demissão por voto político

WELLTON MÁXIMO/A BRASIL

Responsável pelo Instagram, Facebook e Threads, a Meta terá de retirar do ar publicações que incentivem empresários a perseguir, expor ou demitir funcionários por sua preferência políticas, decidiu a Justiça do Trabalho.

A liminar foi concedida na quinta-feira passada pelo juiz Bruno José Perusso, da 77ª Vara do Trabalho de São Paulo, em ação civil pública apresentada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT).

O órgão pede ainda o pagamento de R\$ 50 milhões por danos morais coletivos. A empresa tem até 24 horas, a partir da notificação, para remover 14 conteúdos identificados pelo MPT.

A decisão também prevê a suspensão da recomendação algorítmica dessas publicações e a divulgação de um alerta sobre assédio eleitoral aos usuários das três plataformas no Brasil.

ASSÉDIO ELEITORAL

Segundo o Ministério Público do Trabalho, a ação foi motivada pelo recebimento de mais de 3.080 denúncias de assédio elei-

toral em todo o país durante o pleito de 2026. Desse total, 1.147 comunicações foram registradas em um intervalo de 72 horas após o segundo turno.

De acordo com o órgão, publicações nas redes sociais incentivavam empregadores a:

- investigar os perfis de funcionários para identificar suas preferências políticas;
- monitorar o voto dos trabalhadores;
- deixar de contratar pessoas por suas convicções políticas;
- demitir empregados que apoiaram candidatos diferentes dos preferidos pelos patrões; e
- expor trabalhadores à ridicularização pública por suas escolhas eleitorais.

O MPT também aponta que os sistemas de recomendação das plataformas, como a aba "explorar" do Instagram e os reels (vídeos curtos) sugeridos, poderiam ampliar o alcance desse tipo de conteúdo.

OBRIGAÇÕES DA META

A decisão estabelece uma série de medidas que deverão ser cumpridas pela empresa:

- remoção: excluir, em até 24

horas após a notificação, as 14 publicações indicadas pelo MPT;

- recomendações: interromper o impulsionamento algorítmico dos conteúdos identificados;
- notificação: comunicar aos responsáveis pelas contas atingidas que as publicações foram removidas por determinação judicial, em até 48 horas;
- preservação de provas: manter os materiais retirados e seus registros técnicos até o fim do processo; e
- alerta aos usuários: publicar um aviso institucional nas três plataformas em até 72 horas, com permanência de cinco dias consecutivos.

O comunicado deverá informar que a legislação brasileira proíbe a discriminação de trabalhadores por convicção, preferência ou manifestação política, inclusive em processos seletivos e decisões de demissão.

LIBERDADE

Na decisão, o juiz Bruno José Perusso destacou que a liberdade de expressão e a manifestação de opiniões políticas são direitos as-

segurados, mas não autorizam o incentivo a práticas discriminatórias nas relações de trabalho.

O magistrado diferenciou a manifestação de opiniões partidárias da incitação à perseguição profissional de trabalhadores por suas escolhas eleitorais.

A decisão também ressalta que a possibilidade de demissão sem justa causa não permite que empregadores utilizem a preferência política do funcionário como motivo para punição discriminatória.

MULTAS E INDENIZAÇÃO

Em caso de descumprimento da ordem de remoção, a Meta poderá receber multa diária de R\$ 50 mil por publicação mantida no ar. Já o descumprimento da obrigação de divulgar o comunicado institucional poderá resultar em multa de R\$ 200 mil.

A liminar tem caráter provisório e não representa o julgamento definitivo da ação. O pedido de indenização de R\$ 50 milhões por danos morais coletivos ainda será analisado pela Justiça.

O processo tramita na 77ª Vara do Trabalho de São Paulo. A Meta poderá contestar a decisão nas instâncias da Justiça do Trabalho.

ESCRavidão

Caseiro explorado e usado como laranja no DF receberá pensão

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A Justiça do Trabalho determinou o pagamento de uma pensão mensal de um salário mínimo a um caseiro de 56 anos que passou 28 anos trabalhando para uma família no Distrito Federal em condições análogas à escravidão.

O homem também foi usado como laranja em cinco empresas ligadas aos empregadores, chegando a figurar como sócio majoritário e administrador de negócios que desconhecia.

A decisão judicial prevê ainda o bloqueio de até R\$ 324,2 mil em ativos financeiros de quatro integrantes da família e proíbe que os investigados utilizem o nome, Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), assinatura ou outros dados pessoais do trabalhador em atos jurídicos.

O descumprimento da determinação poderá resultar em multa de R\$ 50 mil por ocorrência.

O Ministério Público do Trabalho no Distrito Federal (MPT-DF) ajuizou uma ação civil pública contra os quatro familiares e pede R\$ 2 milhões em indenizações, além do pagamento dos direitos trabalhistas não quitados durante quase três décadas.

EXPLORAÇÃO

Natural da Bahia, o trabalhador chegou a Brasília em 1998 e começou a atuar como caseiro em uma residência no Núcleo Rural Córrego do Torto, no Lago Norte. Entre as atividades desempenhadas estavam serviços de jardinagem e cuidados com animais.

Segundo a investigação do MPT, ele recebia cerca de R\$ 200 por semana, não tirava férias e vivia em condições precárias. O trabalhador também não tinha conta bancária nem telefone celular, e sua carteira de trabalho ficava com uma integrante da família.

A fiscalização começou após uma denúncia anônima recebida em agosto de 2026. A operação contou com a participação do MPT, da Auditoria-Fiscal do Trabalho e da Polícia Federal. Foram lavrados 13 autos de infração, incluindo um pelo reconhecimento de trabalho em condições análogas à escravidão.

USO COMO LARANJA

Além das violações trabalhistas, a investigação identificou que integrantes da família transferiram participações em cinco empresas para o nome do caseiro. Em algumas sociedades, ele chegou a figurar como único sócio e administrador.

Em um dos negócios, o trabalhador aparecia como proprietário de 90% do capital social. À equipe de fiscalização, porém, afirmou que nunca havia trabalhado com empresas e que sequer sabia o que era uma empresa.

O MPT também identificou seis execuções judiciais relacionadas ao nome dele, três delas de natureza fiscal.

Em decisão de 15 de outubro, o juiz Márcio Roberto Andrade Brito, da 10ª Vara do Trabalho de Brasília, reconheceu indícios robustos de uso indevido da identidade do trabalhador para manter atividades empresariais de terceiros, por meio de operações societárias com características de fraude.

MODALIDADES

De acordo com o MPT-DF, o caso reúne as quatro modalidades de trabalho em condições análogas à escravidão previstas na legislação brasileira:

- Trabalho forçado: quando a pessoa é submetida ao trabalho mediante coerção;
- Jornada exaustiva: quando a duração ou a intensidade das atividades compromete a saúde e a dignidade do trabalhador;
- Condições degradantes: quando há violações graves de direitos fundamentais, como falta de condições adequadas de trabalho, higiene e moradia;
- Servidão por dívida: quando a liberdade do trabalhador é restringida em razão de débitos.

A caracterização do trabalho análogo à escravidão não depende da existência de cárcere ou de impedimento físico para deixar o local. A presença de apenas uma das modalidades previstas na legislação já é suficiente para configurar a condição.

PENSÃO E ASSISTÊNCIA

Além da pensão mensal de um salário mínimo e do bloqueio de bens, a Justiça proibiu os quatro investigados de utilizar os dados pessoais do caseiro em qualquer ato jurídico.

A situação do trabalhador também exige acompanhamento da rede de assistência social. Segundo relatório de 21 de outubro, ele ainda permanecia no imóvel onde viveu por quase três décadas, apesar do reconhecimento das condições de exploração.

O documento aponta dependência material e dificuldade para construir alternativas de subsistência. O trabalhador também demonstrou resistência em deixar a residência.

Na ação civil pública, o MPT pede que a Justiça determine a separação entre o homem e a família no prazo de três meses, com acompanhamento da rede de proteção social.

O órgão pede ainda R\$ 1,5 milhão por danos morais individuais e R\$ 500 mil por danos morais coletivos, totalizando R\$ 2 milhões em indenizações, além da quitação dos direitos trabalhistas devidos.

Nota

FUNAI ACIONA PF E PEDE APURAÇÃO DE CASOS DE ATAQUES CONTRA INDÍGENAS

Indígenas do Mato Grosso do Sul seguem denunciando a escalada das ameaças e da violência contra suas comunidades após o encerramento do segundo turno das eleições presidenciais, no domingo passado. Entre os ataques está o incêndio da casa da rezadeira de 90 anos Nandesy Roberta, na aldeia Jaguapiré, em Tacuru, a cerca de 427 quilômetros de Campo Grande, na manhã de quinta-feira. De acordo com a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), o incêndio foi criminoso e, além da casa da idosa, destruiu instrumentos sagrados usados em rituais tradicionais do povo Kaiowá e Guarani, "representando uma grave violação não só aos direitos indígenas, mas também à liberdade religiosa". Em um vídeo divulgado nas redes sociais nesta sexta-feira (30), Voninho Guarani Kaiowá, um dos coordenadores da Apib, afirma que os ataques e as ameaças contra as comunidades Guarani Kaiowá se intensificaram nos últimos dias. "Repudiamos todos estes acontecimentos e cobramos de todas as autoridades (públicas) competentes que nos ajudem investigando as pessoas, para que os responsáveis sejam punidos na forma da lei", disse Voninho

ANDRÉ RICHTER/A BRASIL

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, decidiu na quinta-feira devolver a relatoria das investigações sobre os descontos ilegais nos benefícios do INSS ao ministro André Mendonça.

Na decisão, Fachin entendeu

que não há mais motivos para retenção das investigações na presidência do Supremo.

Em setembro, o caso foi retornado de Mendonça após a guerra de liminares envolvendo o pedido de investigação contra o ministro Alexandre de Moraes, que é citado em mensagens obtidas pela Polícia Federal (PF) no celular do ex-banqueiro Da-

niet Vorcaro.

CASO MASTER

Fachin também decidiu que as investigações que envolvem o Banco Master vão continuar sob sua relatoria temporária pelo prazo de 90 dias, contatos a partir de 12 de setembro.

No entendimento do presidente, o caso ainda não pode ser

distribuído entre os demais ministros porque envolve citações a membros da Corte.

Os processos do Master também foram retirados de Mendonça no auge da crise interna no Supremo.

A decisão de Fachin será submetida a referendo do plenário. A data do julgamento ainda não foi definida.

VATICANOS

Leão XIV torna-se o 1º Papa a votar em uma eleição geral nos EUA

Leão XIV tornou-se o primeiro Papa a votar em uma eleição geral nos Estados Unidos, ao enviar seu voto pelo correio em uma disputa que definirá os rumos políticos do país enquanto a era Trump caminha lentamente para o fim.

O Vaticano confirmou nesta sexta-feira, que o pontífice, nascido em Chicago, enviou seu voto pelo correio na cidade, antes das eleições de meio de mandato (midterms), marcadas para 3 de novembro. A Santa Sé destacou que a decisão está alinhada à sua convicção de longa data sobre a importância da participação cívica.

Leão, cujo nome de batismo é Robert Prevost, "exerceu seu direito de voto como cidadão dos Estados Unidos" e fez isso "sempre que esteve apto a fazê-lo", informou o serviço de imprensa da Santa Sé.

O comunicado acrescentou que o pontífice também votou durante o período em que viveu no Peru, sempre que esteve habilitado. Leão morou no país por mais de 20 anos, onde atuou como padre missionário e bispo.

"O Santo Padre expressa sua convicção no direito e no dever dos cidadãos de participar dos processos democráticos", acrescentou a nota. Leão tem cidadania americana e peruana e também é chefe de Estado de um país estrangeiro, a Santa Sé. A Cidade-Estado do Vaticano é uma monarquia absoluta, sem eleições políticas.

A legislação federal dos Estados Unidos permite que cidadãos residentes no exterior, inclusive aqueles que trabalham para governos estrangeiros, votem por meio de cédulas de votação à distância. Americanos que trabalham para governos estrangeiros não correm automaticamente o risco de perder a cidadania americana.

No entanto, o Departamento de Estado dos EUA informa em seu site que pode "analisar ativamente" a situação de cidadania de americanos que "atuem como chefes de Estado, chefes de governo ou ministros das Relações Exteriores de países estrangeiros".

Na eleição deste ano, os eleitores de Illinois decidirão se o governador JB Pritzker será reeleito para um terceiro mandato. Também escolherão um novo senador para ocupar a cadeira deixada em aberto pela aposentadoria do democrata Dick Durbin, católico e integrante histórico do Senado. Não há consultas populares estaduais incluídas na cédula eleitoral de Illinois.

O presidente Donald Trump não disputa nenhum cargo nesta eleição, mas intensificou a campanha para tentar preservar o controle republicano da Câmara dos Representantes e do Senado nos dois últimos anos de seu segundo mandato.

O voto de Leão foi divulgado inicialmente pelo jornal Chicago Sun-Times, que citou o chefe de gabinete do escritório eleitoral do condado de Will. Segundo ele, o papa, registrado em um endereço na cidade de New Lenox, solicitou uma cédula para votação pelo correio em 3 de outubro.

O pedido foi feito apenas dez dias antes de Leão passar por uma cirurgia para a retirada de um tumor cancerígeno do pulmão direito. O pontífice vem retomando gradualmente suas atividades no Vaticano desde que recebeu alta hospitalar, em 17 de outubro

Desde que assumiu o papado, Leão tem sido alvo de críticas de Trump por condenar reiteradamente a guerra entre Estados Unidos e Israel contra o Irã e defender um tratamento digno aos imigrantes.

INTERNACIONAL

Portuários param contra envio de armas e condição de trabalho

Trabalhadores portuários da Europa e de outras regiões do mundo realizaram greves nesta sexta-feira, como parte de uma mobilização internacional contra o transporte de armamentos e por melhores condições de trabalho, segundo sindicatos.

Entidades sindicais da França, Itália, Grécia, Espanha, Turquia e Marrocos divulgaram um apelo conjunto pelo fim das guerras no Oriente Médio, incluindo o conflito na Faixa de Gaza, e pelo "fim da militarização dos portos".

"Os portos não devem ser utilizados para o transporte de armas, munições, equipamentos militares e tropas. Os trabalhadores portuários não trabalham para a guerra!", afirma o comunicado.

Os organizadores disseram que mais de 100 portos em diversos países aderiram aos protestos, com potencial para afetar as operações na Europa, na região

do Mediterrâneo e na América do Norte.

Na Grécia, sindicatos de trabalhadores portuários convocaram uma greve no porto de Pireu, o maior do país. Uma paralisação separada de trabalhadores marítimos, motivada por reivindicações salariais e por melhores condições de trabalho e segurança, manteve embarcações atracadas em diversos portos e prejudicou os serviços de balsas.

"Não queremos participar de nenhuma guerra, em nenhuma parte do mundo. Não queremos que nossos portos sejam centros de distribuição de material militar transportado para matar pessoas", afirmou Giorgos Gogos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Portuários da Autoridade Portuária de Pireu.

Na Turquia, manifestantes se reuniram em frente ao porto de Haydarpasa, em Istambul, sob uma faixa com os dizeres: "Não à guerra, não ao armamentismo!".

GOLPE DE ESTADO

Polícia polonesa se mobiliza em Tribunal Constitucional

A polícia da Polônia foi enviada ao Tribunal Constitucional nesta sexta-feira, para reforçar a segurança do local, após relatos de ameaças em meio à suspensão do presidente da Corte, Bogdan Swieczkowski, pelo governo.

O funcionamento dos principais órgãos do Judiciário, entre eles o Tribunal Constitucional, é um dos pontos centrais de atrito entre a atual administração pró-União Europeia e o principal partido de oposição, o conservador-nacionalista Lei e Justiça (PiS).

O presidente polonês, Karol Nawrocki, disse que decidiu interromper uma viagem ao Senegal por causa da situação. "Em um momento como este, o presidente deve estar na Polônia. Estou encurtando meu voo para o Senegal. Estou voltando", escreveu no X.

Críticos na Polônia e na UE afirmam que o PiS, no poder entre 2015 e 2023, politizou instituições-chave do Judiciário, incluindo o Tribunal Constitucional. As reformas do período levaram o bloco europeu a aplicar multas ao país.

O governo de Donald Tusk, que assumiu em 2023 com a promessa de restabelecer a independência judicial, tem enfrentado resistência: segundo o relato, iniciativas para reverter mudanças no Judiciário foram bloqueadas

Na Itália, estavam previstas manifestações em importantes portos, como Gênova, Trieste e Gioia Tauro, em paralelo a uma greve geral nacional, segundo o sindicato Unione Sindacale di Base (USB). A greve geral, porém, provocou menos transtornos ao transporte do que o esperado, depois que o governo determinou o retorno dos trabalhadores do setor às atividades.

Na França, a federação de portos e docas da Confederação Geral do Trabalho (CGT) convocou uma paralisação de um dia nos principais portos do país, incluindo Le Havre, Marselha, Dunquerque e Rouen. A entidade se opõe ao que classifica como "militarização das instalações portuárias", no âmbito das políticas europeias e das propostas orçamentárias do governo francês, que, segundo o sindicato, ameaçam a proteção social.

A dimensão dos impactos da mobilização ainda não estava

clara. Os organizadores informaram que a adesão poderia variar entre paralisações durante todo o dia, interrupções de menor duração e manifestações.

A empresa de gestão de cadeias de suprimentos C.H. Robinson alertou clientes sobre possíveis interrupções operacionais e atrasos nas remessas, com impactos variáveis conforme o porto, o terminal e o nível de adesão à greve.

Especialistas, porém, esperavam efeitos limitados sobre as cadeias globais de abastecimento.

Marcus Baker, diretor global de transporte marítimo, cargas e logística da Marsh, corretora de seguros e consultoria de riscos, afirmou que uma greve de 24 horas dificilmente provocaria impactos significativos no comércio global, embora pudesse afetar o transporte de produtos perecíveis e cargas com prazos de entrega mais restritos.

por vetos de dois presidentes consecutivos alinhados ao PiS, incluindo Nawrocki.

A informação sobre a suspensão de Swieczkowski foi publicada no site do tribunal por volta das 18h (horário local). Pouco depois, a página saiu do ar. Swieczkowski chegou ao comando da corte durante o governo do PiS, e Tusk o acusa de impedir que magistrados eleitos pela maioria parlamentar tomem posse.

PARCERIA

Canadá e UE definem até 2027 associação mais estreita, sem adesão

PEDRO LIMA/AE

O Canadá e a União Europeia (UE) anunciaram nesta sexta-feira, a criação da "Aliança para o Futuro", destinada a formar um espaço comum de prosperidade e segurança econômica. Em declaração conjunta após a 21ª cúpula bilateral, realizada em Montreal, os líderes se comprometeram a definir até o encontro de 2027 o conceito de uma associação cada vez mais estreita do Canadá ao bloco, "sem chegar à condição de membro pleno".

Como medidas concretas, os dois lados informaram ter concluído as negociações substantivas de um acordo de comércio digital, que deverá facilitar o fluxo transfronteiriço de dados e ampliar a segurança jurídica para empresas e consumidores.

Também anunciaram a conclusão das negociações de um novo pacto de cooperação entre autoridades antitruste e de um acordo entre o Canadá e o Banco Europeu de Investimento (BEI) para favorecer investimentos europeus em recursos críticos canadenses.

Na área de energia, os parceiros farão um estudo con-

junto de viabilidade de longo prazo sobre exportações de gás natural liquefeito (GNL) do Canadá à Europa. Pretendem ainda reforçar cadeias de suprimentos de minerais estratégicos, inclusive com possíveis estoques de segurança, e ampliar a cooperação em inteligência artificial (IA), semicondutores e computação avançada. O comunicado também celebra a participação canadense no empreendimento europeu de supercomputação EuroHPC.

A agenda inclui ampliar fluxos de capital entre os dois mercados e trabalhar para interligar sistemas de pagamentos instantâneos, a fim de acelerar e reduzir o custo de transações internacionais Em defesa e segurança, as partes planejam intensificar a cooperação em cibersegurança, infraestrutura estratégica e no Ártico.

No campo diplomático, Canadá e UE reiteraram apoio à soberania da Ucrânia, prometeram aumentar a pressão sobre a Rússia e lamentaram as sanções impostas pelos Estados Unidos ao Tribunal Penal Internacional (TPI). Também defenderam uma solução de dois Estados para Israel e Palestina.

IMPASSE

Eleição em Israel não define premiê e abre disputa por coalizão

Os resultados das eleições em Israel foram divulgados, definindo a composição do próximo Parlamento, mas deixando em aberto a questão de quem ocupará o cargo de primeiro-ministro. Os líderes partidários agora iniciarão negociações decisivas para tentar formar uma coalizão com pelo menos 61 das 120 cadeiras do Parlamento israelense, conhecido como Knesset.

O caminho é difícil tanto para o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu quanto para seu principal adversário, o ex-chefe das Forças Armadas Gadi Eisenkot. Nenhum dos dois blocos conquistou maioria, e os partidos de maioria árabe, que obtiveram um número histórico de 19 cadeiras, poderão desempenhar papel decisivo nas negociações.

Qualquer possível coalizão exigirá concessões difíceis dos candidatos, com potencial para provocar a insatisfação de seus próprios eleitores. Caso não consigam chegar a um acordo, novas eleições poderão ser convocadas para o início do próximo ano. Até lá, o governo de Netanyahu permanecerá no cargo em caráter interino.

CONFIRMA OS POSSÍVEIS CENÁRIOS:

Eisenkot e os partidos árabes

Em tese, a solução mais direta seria Eisenkot formar uma aliança com os partidos de maioria árabe, constituindo uma coalizão de 67 cadeiras contrária a Netanyahu. Mesmo que não integrem formalmente o governo, essas legendas poderiam oferecer apoio decisivo para a sustentação de um governo minoritário. A alternativa, porém, representaria um risco político para Eisenkot e seus aliados judeus.

Os cidadãos árabes de Israel, que correspondem a 20% da população, são palestinos cujas famílias permaneceram no território israelense após a guerra de 1948, que envolveu a criação do Estado de Israel. Eles mantêm laços estreitos com os palestinos da Cisjordânia e da Faixa de Gaza e, em sua maioria, apoiam a causa palestina, o que leva muitos israelenses judeus a vê-los com desconfiança.

Governo de união nacional
Netanyahu poderia tentar

convencer Eisenkot e seus aliados de inclinação direitista a formar uma aliança com o atual primeiro-ministro. Essa configuração poderia garantir uma maioria de 67 cadeiras e deixaria na oposição tanto os partidos de maioria árabe quanto as legendas judaicas ultranacionalistas e ultraortodoxas.

A alternativa, porém, exigiria que os envolvidos descumpriam diversas promessas eleitorais. Eisenkot e seus aliados prometeram não integrar um governo liderado por Netanyahu. Eles responsabilizam o primeiro-ministro pelas falhas de segurança que antecederam o ataque do Hamas em 7 de outubro de 2023, acusam-no de enfraquecer as instituições democráticas de Israel e apontam para o processo de corrupção que ele ainda enfrenta.

Um governo comandado por Netanyahu dificilmente aprovaria uma investigação oficial sobre os ataques de 7 de outubro, uma das principais reivindicações dos eleitores da oposição.

Atração de dissidentes
Netanyahu provavelmente

Nota

EUA: VOTO ANTECIPADO ACELERA EM ESTADOS-CHAVE DO SENADO E SUPERA RITMO DE 2022

O voto antecipado nos Estados Unidos segue em ritmo bem mais forte do que na última eleição de meio de mandato, com milhões de americanos votando antes do dia da eleição e uma alta mais intensa em estados com disputas acirradas para o Senado, segundo análise da Associated Press baseada em dados compilados a cinco dias do pleito. O avanço é mais visível no Texas, onde os eleitores decidem disputas muito

acompanhadas para o Senado, a Câmara e o governo estadual. Até quarta-feira, mais de 6,3 milhões de texanos haviam votado antecipadamente, ante 4,2 milhões no mesmo ponto de quatro anos atrás, alta de 50%. O voto antecipado também cresceu mais de 30% em Maine, Michigan, Carolina do Norte e Kansas, na comparação com o mesmo momento de quatro anos atrás - todos com disputas acirradas para o Senado. Na Carolina do Sul, onde os eleitores escolhem o sucessor do falecido senador republicano Lindsey Graham, o voto antecipado está 83% acima.

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tel.: (21)

99122-4278